



EDUCAÇÃO DE ADULTOS, ONTEM COMO HOJE, UM CAMPO DE VALORES

Comunicação realizada no Workshop Internacional do Projecto FinALe -
Financing Adult Learning in Europe

Alberto Melo | Porto | 5 de Abril de 2017

Atribui-se ao escritor irlandês Oscar Wilde a definição de um “cínico” (hoje, podíamos dizer “economista”), como sendo a pessoa que conhece o preço de tudo e o valor de nada. E esta distinção é, sem dúvida, muito pertinente no que respeita à Educação de Adultos como campo de política pública.

Decide-se, por exemplo, dar elevada prioridade à Saúde, à Providência Social ou à Educação, não porque ficou provado em folha Excel e por cálculos econométricos, que estes sectores vão ter um impacto imediato sobre o crescimento económico, mas sobretudo porque se reconhece, por um lado, que os cidadãos têm direitos (até consagrados na Constituição) a usufruir destes serviços, direitos que geram correspondentes obrigações por parte do Estado e, por outro lado, que as políticas se fazem para servir valores.

Demonstra-se, ao longo da História da nossa Civilização, que a Educação – a educação para todos, em todos os momentos e espaços de vida (é a definição de Educação Permanente) - é um campo essencialmente alicerçado em valores e em grandes objectivos de sociedade e não em cálculos de curto prazo e de optimização de rendimentos.

Espinosa (meados do séc. XVII) defendia que cada um de nós pode e deve melhorar continuamente através da interacção com o mundo físico e com os outros, em dois processos eminentemente formativos, a que ele chamava, respectivamente, o Trabalho e a Política. Ao mesmo tempo, este filósofo holandês do século XVII (descendente de judeus portugueses fugidos à Inquisição) sublinhava a necessidade de a sociedade política criar as condições propícias a que ocorresse essa construção da pessoa pela própria pessoa, pois se trata de um processo que nunca está garantido e pode paralisar ou até regredir a qualquer momento. Além disso, esta dinâmica deve manter-se em permanência, como, no mesmo século XVII, sustentava Comenius: “Tal como o mundo inteiro é, para o género humano, uma escola, desde o começo ao fim dos tempos, também a idade de cada ser humano é a sua escola, desde o berço até ao túmulo. Cada idade está destinada a aprender”.

Com estas e outras referências históricas que aqui vos deixo, quero sobretudo destacar alguns aspectos que considero essenciais para a compreensão da Educação como Educação Permanente e ainda legitimar – com o peso das lições do passado – um conceito de Educação de Adultos que seja tão abrangente e tão polifacetado quanto o é a vida de cada pessoa e a sociedade em que cada um existe e trabalha. Cada um de nós vai acumulando aprendizagens ao longo da vida e através das mais variadas experiências da vida, sendo sempre o sujeito das suas aprendizagens. Cabe, no entanto, à sociedade política o dever público de garantir as condições mais favoráveis à prossecução desse desígnio, em todas as idades da vida e em todos os espaços de interacção social. Em suma, cada Estado tem como obrigação caminhar no sentido de uma sociedade educadora, em que se aprenda sempre e tanto de um modo formal, como não-formal e informal. No entanto, são ainda hoje raras as sociedades que se aproximam deste padrão, mesmo no interior do espaço europeu, constatando-se ao longo da história grandes diferenças entre países do Norte e do Sul, no que se refere, por exemplo, à missão educadora do Estado relativamente à totalidade da população. E, uma vez mais, a História tem muito a ensinar-nos na compreensão destes desequilíbrios.

Começemos por Johan Gutemberg e a sua invenção da imprensa, em 1450, esse “exército de 26 soldados de chumbo com os quais se poderá conquistar o mundo” (frase atribuída ao próprio inventor). Este não foi decerto um invento pacífico. Para a Igreja da época, a possibilidade de os livros passarem a sair da oficina de artesãos, e não exclusivamente das mãos dos monges escribas, provocou os maiores receios, ao ver na imprensa um instrumento incontrolado de difusão de ideias e de informações, com a consequente erosão da autoridade eclesiástica. (Também foi

ruidosa, na mesma altura, a reacção dos professores, que consideravam a sua ocupação como extinta, dada a possibilidade de cada pessoa aprender sozinha, com os seus livros). Para tranquilidade dos poderes instituídos, a primeira obra impressa foi uma belíssima Bíblia (em 1455) e a Igreja passou, em seguida, a recolher avultadas receitas graças à impressão maciça de indulgências. Aliás, esta faculdade de uma pessoa poder comprar à Igreja o perdão dos seus pecados terá levado à cisão de Martin Luther que se rebelou contra a autoridade papal e instituiu uma nova igreja centrada na Bíblia como única fonte da revelação divina. Era, pois, obrigação dos crentes possuírem e lerem diariamente a Bíblia, em família ou em comunidade. Multiplicaram-se então (graças à imprensa) os exemplares da Bíblia traduzidos do latim para as diferentes línguas nacionais, nos países aderentes à chamada Reforma protestante. Em paralelo com Lutero, Calvino promovia um movimento afim em França, Suíça e Alsácia e um dos seus colaboradores, John Knox, criou no seu país – a Escócia – a igreja presbiteriana, assente em princípios semelhantes. Estas novas igrejas, sem uma autoridade central e em oposição à tradicional e rígida estrutura eclesiástica, assentavam em pequenas comunidades de base, de criação e funcionamento democráticos. E, a fim de permitir a todos os seguidores o cumprimento do dever de uma leitura regular da Bíblia, multiplicaram-se as actividades de alfabetização.

Estavam, assim, lançadas, no Norte da Europa, as sementes da Literacia universal e da Democracia, valores e práticas que, nos restantes países, iriam emergir muito mais tarde e, geralmente, em resultado de profundas conturbações sociais. Efectivamente, nos países que conservaram a obediência à igreja de Roma (que eram, em geral, os países do Sul da Europa), a leitura da Bíblia, nos serviços litúrgicos e na sua versão em latim, manteve-se reservada aos ministros ordenados pela hierarquia, não se sentindo, por isso, uma necessidade premente de promover a literacia na população em geral.

O século XVIII tem sido denominado o “Século das Luzes” ou do Iluminismo. Inspirados pela revolução newtoniana na Física e determinados a ultrapassar as superstições e emoções que tinham devassado a Europa em guerras de religião, os pensadores iluministas defendiam que só a Razão permitiria aos seres humanos alcançar a verdade em todos os domínios. E advogavam, para tal, a disseminação mais alargada possível de todos os conhecimentos: “educar a raça humana através de Enciclopédias”, a mais conhecida das quais é a obra coordenada por Diderot e D’Alembert, em França, em vésperas da Revolução Francesa. E foi em nome dos três grandes valores desta Revolução – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – que Jean de Caritat, mais conhecido como Marquês de Condorcet, redigiu em 1793 o seu Programa de “instrução pública” cujos objectivos, a meu ver, continuam a ser da maior actualidade: “A igualdade de instrução que esperamos atingir ... é a que exclui qualquer dependência, forçada ou voluntária. Faremos ver que se pode instruir a massa inteira de um povo de tudo o que as pessoas precisam de saber para a economia doméstica, para a administração dos seus negócios, para o livre desenvolvimento do seu engenho e das suas faculdades; para conhecerem os seus direitos, os defenderem e os exercerem; para conhecerem os seus deveres e poderem cumpri-los devidamente; para avaliarem as suas acções e as dos outros, de acordo com a sua consciência esclarecida e não ficarem alheios a nenhum dos sentimentos elevados e delicados que honram a natureza humana; para não dependerem cegamente daqueles a quem são forçados a confiar a direcção dos seus interesses ou o exercício dos seus direitos, para se manterem em estado de os escolher e de os vigiar, para não serem mais vítimas desses erros populares que atormentam a vida com temores supersticiosos e esperanças quiméricas; para se defenderem contra os preconceitos apenas com a força da sua razão...” Se nem todos estes objectivos foram atingidos em vida de Condorcet (ele foi assassinado um ano depois), restou pelo menos da sua herança o Conservatório francês das Artes e Ofícios, que ainda hoje perdura na sua missão de divulgação do conhecimento enciclopédico. E ficou, igualmente, esta noção de Educação, na sua universalidade e abrangência, que irá reemergir mais tarde sob a denominação de “Educação Permanente”.

É do consenso comum que a Educação de Adultos, na sua versão mais moderna, teve a sua origem na Escandinávia e, mais precisamente, na Dinamarca, onde, sob inspiração de Nicolaj Grundtvig, Christen Kold criou as primeiras Escolas Superiores Populares (Folk High Schools), a partir de 1850. Os grandes objetivos deste movimento, que acabou por cobrir todos os países do Norte da Europa, eram, por um lado e na sequência da Reforma Agrária então iniciada, formar os novos pequenos proprietários rurais, como cidadãos e como produtores, e, por outro lado, recuperar o orgulho nacional perante a poderosa nação vizinha, a Prússia, afirmando em cursos livres a língua, história e tradições nacionais. Escrevia então Grundtvig: “As pessoas formam-se (ou deformam-se), ao longo das suas vidas; a sua formação confundindo-se, precisamente, com a sua vida e com a sua história”.

A educação organizada especificamente para pessoas adultas sempre se pautou por finalidades diversificadas, combinando as necessidades económicas, o desenvolvimento pessoal e a construção da cidadania. Prosseguindo valores humanistas, de sociedade ou de proselitismo religioso, a Educação para todos foi, ao longo dos anos, uma causa por muitos defendida e implementada, embora também por muitos outros vilipendiada e perseguida.

Vejamos, muito rapidamente, o caso de Portugal, um país onde a taxa de analfabetismo, em meados do séc. XIX, atingia os 90%. No conflito constante entre defensores e detratores da “educação para todos”, o nosso país assistiu a iniciativas ousadas e pioneiras, mas igualmente a drásticas expressões de resistência e hostilidade. Quando por Édito Real se criaram, em 1772 – em plena Idade das Luzes – os “Estudos Menores” (correspondente ao ensino primário), ficou desde logo formalmente decretado que “nem todas as pessoas deste Reino deverão ser ensinadas, designadamente as que se ocupam dos serviços rústicos e das artes fabris, para as quais será suficiente a instrução dada pelo padre”. A educação primária gratuita e obrigatória surgiu entre 1820 e 1835 (no papel...), mas só ganhou cobertura universal nos anos que se seguiram à reconquista da Democracia, após 1974. Durante a Ditadura, instaurada em 1926, foram várias as vozes que se insurgiram contra a educação para todos, chegando a glorificar-se publicamente o analfabetismo generalizado, “a mais bela, forte e saudável característica da alma portuguesa” ou “é bem melhor deixá-los analfabetos do que com uma mente deformada”...

No final da Ditadura, a taxa de analfabetismo rondava ainda os 30%. As políticas públicas definidas e implementadas em seguida inspiraram-se nos valores e princípios da Educação Permanente, constantes do Relatório da UNESCO de 1972, “Aprender a Ser”. Reconhecia-se, que a finalidade prioritária para a Educação de Adultos era formar cidadãos conscientes e conhecedores, capazes de evitar qualquer retrocesso a regimes ditatoriais. Como se diz neste Relatório da UNESCO: « Não se trata já de adquirir, de forma pontual, conhecimentos definitivos, mas de se preparar para elaborar, ao longo de toda a vida, um saber em constante evolução e de aprender a ser”.

Uma Resolução do Conselho de Ministros criou, em 1998, o Grupo de Missão encarregado de desenhar e lançar os alicerces de uma nova política de educação e formação de adultos. Neste diploma, considera-se que a nova educação de adultos deve “dar visibilidade e substância a estratégias de valorização pessoal, profissional, cívica e cultural ... estimular e apoiar a iniciativa e a responsabilidade individual e de grupos, no sentido de uma capacitação crescente das pessoas e das comunidades, privilegiando para isso a dimensão local e regional e mobilizando a sociedade civil”.

A Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente (APCEP) foi criada em 1982 e reanimada em 2014 a fim de promover a democracia cultural e a educação permanente. Este conceito e a filosofia que o enforma são assumidos numa perspectiva, universalmente consagrada, segundo a qual a plena

realização do indivíduo, no contexto de uma sociedade e de um desenvolvimento equilibrados, passa pelo acesso, fruição e participação dos cidadãos – em condições de igualdade de oportunidades – em diversificadas formas de aprendizagem, escalonadas ao longo da vida e abrangendo os diversos níveis, formas e conteúdos da cultura e do saber e, ainda, pelo reconhecimento e valorização da auto-formação individual e colectiva (Declaração de Princípios, 1982).

Contudo, a evolução ideológica e política mais recente, tanto nas instâncias europeias como nos governos nacionais, fez-se no sentido inverso ao da Educação Permanente, no sentido de uma crescente subordinação dos processos educativos a imperativos de ordem económica, numa instrumentalização para novas e exclusivas finalidades, como a competitividade ou a produtividade. É inaceitável, em minha opinião, que um conceito como Educação e Formação Profissional tenha substituído, no discurso político, a noção de Educação Permanente, tal como foi desenhada e teorizada ao longo de séculos, e particularmente nas décadas de 60 e 70 do século passado. Ora, a noção de Educação Permanente, e os valores e práticas que envolve, sublinhando nomeadamente a importância das formas não-formais e informais de aprendizagem, é mais do que nunca fundamental para a formação de cidadãos, mais informados, mais confiantes, mais criativos, garantindo as condições subjectivas e culturais de uma sociedade mais aberta e plural, mais participativa e solidária.

Alberto Melo, Abril de 2017